

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Programa de Integridade	4
5.5 - Alterações significativas	5
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	6

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	7
10.2 - Resultado operacional e financeiro	18
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	22
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	23
10.5 - Políticas contábeis críticas	31
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	39
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	40
10.8 - Plano de Negócios	41
10.9 - Outros fatores com influência relevante	42

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**5.1 Descrição da política de gerenciamento dos fatores de risco adotada pelo emissor**

Os riscos a que a Companhia e suas Controladas estão sujeitas estão resumidos no itens 4.1 e 4.2.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de cambio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro Consolidado antes da tributação.

		Aumento/Redução em pontos base	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2017	▲	+ 100	(1.969)	(1.969)
	▲	+ 150	(2.954)	(2.954)
	▲	- 50	984	984
	▲	- 100	1.969	1.969
31/12/2016	▲	+ 100	(1.282)	(1.282)
	▲	+ 150	(1.923)	(1.923)
	▲	-25	1.282	1.282
	▲	- 50	2.564	2.564

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 – Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado**

Manutenção de caixa e de linhas de créditos junto às instituições financeiras a níveis adequados ao tipo de produto e negócios da Companhia com o objetivo de minimizar riscos de liquidez.

Identificação antecipada de situações que possam exigir a contratação de operações de hedge com o objetivo de minimizar os riscos financeiros da Companhia.

a. riscos para os quais se busca proteção

Riscos cambiais

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Quando aplicável, os instrumentos financeiros a serem contratados são definidos em relação ao risco a ser coberto, situação financeira e de crédito da Companhia, cenário de mercado, além de covenants contratuais, análise de crédito e spread a ser cobrado pela instituição financeira.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Vide item “b” acima

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Contratos de hedge, quando aplicável, limitam-se à cobertura necessária. São precificados segundo as metodologias de mercado vigentes.

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não opera

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

O Estatuto prevê que, em caso de oferecimento de garantias reais ou oneração de bens imóveis, as operações devem ser previamente autorizadas pelo Conselho de Administração. Os casos omissos no estatuto serão resolvidos pela Diretoria, “ad referendum” do Conselho de Administração.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Os Controles Internos são regulados pelas Normas Administrativas, Instruções de Trabalho, Procedimentos e Manuais integrantes do Sistema de Gestão Integrada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 Controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras contábeis

Os sistemas contábeis e de controles internos adotados pela Empresa são adequados ao tipo de atividade e volume de transações da Companhia.

Recomendações presentes no relatório do auditor, quando aplicável, são consideradas e confrontadas com os procedimentos de Controles Internos os quais são revisados quando necessário.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 – Programa de Integralidade

Em implantação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 Alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Do ponto de vista econômico, o ano de 2017 continuou sem decisões de investimentos significativas na área de bens de capital, principalmente em bens de capital sob encomenda.

Em 2017, o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu 1,0% em relação a 2016, após duas quedas consecutivas, ambas de 3,5%, em 2015 e 2016. Nessa comparação, houve altas na Agropecuária (13,0%) e nos Serviços (0,3%), e estabilidade na Indústria (0,0%).

A produção da indústria nacional, após três anos de recuo, encerrou 2017 com crescimento de 2,5%. Em 2016 o recuo foi de 6,4%, 8,3% em 2015 e de 3% em 2014.

A categoria de bens de capital para fins industriais teve perda de 3% em 2017, afetada principalmente por bens de capital para fins industriais não seriados e para o setor de energia elétrica. A queda acumulada da produção física de bens de capital desde 2012 é de 23,5% (IBGE).

A relativa recuperação dos preços do petróleo e do minério de ferro manteve-se em 2017, entretanto ainda não teve impacto significativo na retomada de investimentos nas áreas de Mineração e de Óleo e Gás. As áreas de equipamentos para usinas hidrelétricas e usinas nucleares continuaram estagnadas com a ausência de novos projetos de investimentos.

O crédito bancário continua altamente seletivo.

A conjunção desses fatores continuou afetando negativamente a situação financeira de nossos clientes, com postergações de pagamentos de eventos cumpridos e grandes impactos na disponibilidade de caixa da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 Outras informações relevantes – Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais****a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais para o desenvolvimento de suas operações e cumprir suas obrigações de curto e longo prazo.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações

Espécie de Ações	Quantidade de ações	a) capital emitido (em R\$ Mil)	b) capital subscrito (em R\$ Mil)	c) capital integralizado (em R\$ Mil)	d) prazo para integralização
Ordinárias	607.192	44.325	44.325	44.325	integralizado
Preferenciais	992.808	72.474	72.474	72.474	integralizado
Total	1.600.000	116.800	116.800	116.800	integralizado

Ações detidas pelos controladores:

Nome	Total Ações	%	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%
CB Holding	368.987	23,06	353.366	58,20	15.621	1,57
Claudio Bardella	1	-	1	-	-	-
Claudio Bardella Junior	8	-	-	-	8	-
Ana Tereza Bardella	1	-	1	-	-	-
Total	368.997	23,06	353.368	58,20	15.629	1,57

Não existe intenção de a Companhia efetuar resgate de ações.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em contas a receber de clientes, R\$ 86.748 (Controladora) e R\$ 95,2 (Consolidado) referem-se a contratos de construção de equipamentos sob encomenda e decorrentes da receita bruta reconhecida no resultado e proporcional à produção já realizada dos produtos sob encomenda – contratos de construção, conforme demonstrado na nota explicativa n. 7 às Demonstrações Contábeis. Os demais valores referem-se a outros contratos, produtos e serviços, incluindo valores a receber referentes a vendas de aços laminados e trefilados. Os estoques de matérias primas contém insumos já

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

destinados aos contratos de fabricação em andamento e os adiantamentos a fornecedores são referentes a subcontratações com o mesmo destino. A conta de adiantamento de clientes no passivo circulante refere-se a valores já recebidos por conta de trabalhos de contratos de consumo ainda a executar. Desta forma, a capacidade de pagamento do passivo circulante está vinculada à execução dos contratos de construção e à realização dos valores em contas a receber de clientes.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes utilizadas

Imobilizado:	Indexador	Taxa média anual de juros em 12/2017	Vencimentos dos Contratos	Controladora		Consolidado	
				31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
BNDES - Inovação	TJLP	4,18%aa + TJLP	15/04/2025	10.708	9.781	10.708	9.781
BNDES - Cap. Produtiva	TJLP	5,38%aa + TJLP	15/04/2024	3.419	3.096	3.419	3.096
Brasil - Finame (**)	FIXO	6% aa	15/07/2024	440	507	440	507
Brasil (**)	CDI	3,80%aa + CDI	10/03/2020	-	16.808	-	16.808
Sub-Total				14.567	30.192	14.567	30.192
Capital de Giro:							
Financiamento a Exportação			15/10/2016 a				
(**)	FIXO	14,93% aa	31/12/2018	-	32.750	-	32.750
BNDES-Capital de Giro	SELIC	5,66%aa + SELIC	15/04/2021	24.638	21.432	24.638	21.432
Capital de Giro	FIXO	1,85% am	09/07/2017	-	2.908	-	2.908
Capital de Giro	SELIC	3,00%aa + CDI	28/05/2019	2.124	-	2.124	-
Capital de Giro (**)	CDI	7,17%aa + CDI	01/08/2021	-	48.252	-	48.252
Capital de Giro (**)	CDI	3,80%aa + CDI	01/08/2021	-	-	-	-
Capital de Giro (*)	CDI	0,48%am + CDI	30/11/2017	25.067	27.975	25.067	27.975
Capital de Giro	FIXO	1,67% am	03/07/2017	-	2.003	-	2.003
Capital de Giro	CDI	3,40%aa + CDI	27/05/2019	2.199	-	2.199	-
Capital de Giro	CDI	2,00%aa até 12/20 do CDI de 01/21 a 06/25 3,00 + CDI	15/06/2025	129.773	-	129.773	-
Capital de Giro (**)	FIXO	1,93% am	03/12/2017	-	862	-	862
Finame Fabricante (**)	FIXA	9,5% aa	15/07/2017	-	19.377	-	19.377
Total Capital de Giro:				183.801	155.559	183.801	155.559
Despesas Antecipadas				(987)	(1.737)	(987)	(1.737)
Total Geral:				197.381	184.014	197.381	184.014
Parcela Circulante				34.642	84.515	34.642	84.515
Parcela não circulante				162.739	99.499	162.739	99.499
Juros incorridos no período				30.792	24.096	30.792	24.096

Os financiamentos BNDES Inovação, BNDES Capacidade Produtiva e BNDES Capital de Giro têm como garantia os terrenos e edificações da planta industrial de Guarulhos – SP. O valor contábil é de R\$ 107.433.

(*) Capital de Giro – Dos contratos que compõem este valor, uma célula bancária de R\$ 4.000 está garantida por alienação fiduciária de dois imóveis cujo valor contábil do investimento é de R\$ 4.303, localizados em São Mateus – ES e registrados como propriedade para investimentos.

(**) São financiamentos contratados com o Banco do Brasil S.A. e têm como garantia os terrenos e edificações da planta industrial de Sorocaba e Araras – SP, propriedade para investimento e imobilizado, respectivamente .. O valor contábil dos ativos é de R\$ 175.904 e 11.541.

Os contratos foram renegociados permitindo um alongamento da dívida até 2025 para sua liquidação total.

A Companhia e suas controladas mantêm em seus empréstimos, financiamentos e garantias, restrições e *covenants* qualitativos e quantitativos, usuais de mercado.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Cronograma de desembolsos - Não Circulante**

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2019	11.343	36.751	11.343	36.751
2020	33.219	24.696	33.219	24.696
2021	28.459	20.817	28.459	20.817
2022 a 2025	89.718	17.235	89.718	17.235
	162.739	99.499	162.739	99.499

Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento de clientes	50.827	76.082	59.464	83.939
Adiantamento de partes relacionadas	169	6.236	169	6.236
	50.996	82.318	59.633	90.175

A conta "Adiantamento de clientes" está composta principalmente de valores decorrentes das condições de recebimento referentes a contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda (Contratos de construção vide nota explicativa 7) e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente em relação à receita reconhecida por meio do método da percentagem completada, conforme previsto no CPC 17 (R1) - Contratos de construção.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que a Companhia pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Caso haja deficiência de liquidez a Companhia dispõe das seguintes fontes de capital de giro, de acordo com suas características de mercado de atuação:

- a) Financiamento ao fabricante: recursos obtidos junto ao BNDES para completar o fluxo de caixa de uma encomenda durante o período de fabricação.
- b) Investimentos em ativo imobilizado: linhas de financiamento Finame para máquinas e equipamentos e linhas de financiamento Finem para os demais investimentos fixos.
- c) Capital de Giro: financiamentos em bancos comerciais, bem como BNDES.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

O endividamento da Companhia com Instituições Financeiras, para financiamento de capital de giro e imobilizado representa 23,4% do ativo total na Controladora e 23,6% consolidado.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes
Ver item "d"

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras
Não existem outras relações de longo prazo com instituições financeiras. As negociações para obtenção de recursos de longo prazo são feitas caso a caso. Nenhuma negociação futura está vinculada a nenhuma instituição financeira.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

iii. Grau de subordinação entre as dívidas
As garantias estão descritas no item “d”.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Para contratação de novas dívidas a Companhia sujeita-se às garantias, restrições e *convenants* usuais de mercado. A alienação, oneração e aquisição de bens imóveis sujeita-se à autorização prévia do Conselho de Administração. A distribuição de dividendos sujeita-se às disposições legais e estatutárias.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os financiamentos já contratados e seus vencimentos estão demonstrados no item 10.1 d).

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas referentes ao exercício findo em 31/12/2017 e o comparativo com 31/12/2016, foram publicadas em 29 de março de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Demonstrações do resultado**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2017	2016	2017	2016
Receita líquida	23	130.753	241.147	136.638	264.736
Custos dos produtos vendidos e/ou dos serviços prestados	24	<u>(135.884)</u>	<u>(229.738)</u>	<u>(147.823)</u>	<u>(260.453)</u>
Lucro bruto		(5.131)	11.409	(11.185)	4.283
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	24	(15.407)	(33.147)	(16.865)	(34.428)
Despesas gerais e administrativas	24	(17.809)	(22.425)	(24.749)	(35.044)
Honorários e participação da administração	24	(4.908)	(5.100)	(4.928)	(5.133)
Resultado da equivalência patrimonial	13	(11.926)	(10.354)	(903)	5.862
Outras (despesas) e receitas operacionais, líquidos	25	<u>(5.415)</u>	<u>(10.873)</u>	<u>(1.012)</u>	<u>(11.384)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(60.596)	(70.490)	(59.642)	(75.844)
Receitas financeiras	26	4.387	4.998	2.455	3.884
Despesas financeiras	26	<u>(55.426)</u>	<u>(51.416)</u>	<u>(58.064)</u>	<u>(53.682)</u>
Despesas financeiras líquidas		(51.039)	(46.418)	(55.609)	(49.798)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(111.635)</u>	<u>(116.908)</u>	<u>(115.251)</u>	<u>(125.642)</u>
Imposto de renda e contribuição social		13.880	15.782	17.496	24.516
Corrente	9	-	-	(3.907)	(311)
Diferido	9	<u>13.880</u>	<u>15.782</u>	<u>21.403</u>	<u>24.827</u>
Prejuízo do exercício - Atribuído aos acionistas controladores		<u>(97.755)</u>	<u>(101.126)</u>	<u>(97.755)</u>	<u>(101.126)</u>
Prejuízo por ações por lote de mil ações:					
Básico	22	(61,10)	(63,20)		
Diluído	22	(61,10)	(63,20)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Receita operacional líquida: Do ponto de vista econômico, o ano de 2017 continuou sem decisões de investimentos significativas na área de bens de capital, principalmente em bens de capital sob encomenda.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2017, o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu 1,0% em relação a 2016, após duas quedas consecutivas, ambas de 3,5%, em 2015 e 2016. Nessa comparação, houve altas na Agropecuária (13,0%) e nos Serviços (0,3%), e estabilidade na Indústria (0,0%).

A produção da indústria nacional, após três anos de recuo, encerrou 2017 com crescimento de 2,5%. Em 2016 o recuo foi de 6,4%, 8,3% em 2015 e de 3% em 2014.

A categoria de bens de capital para fins industriais teve perda de 3% em 2017, afetada principalmente por bens de capital para fins industriais não seriados e para o setor de energia elétrica. A queda acumulada da produção física de bens de capital desde 2012 é de 23,5% (IBGE).

A relativa recuperação dos preços do petróleo e do minério de ferro manteve-se em 2017, entretanto ainda não teve impacto significativo na retomada de investimentos nas áreas de Mineração e de Óleo e Gás. As áreas de equipamentos para usinas hidrelétricas e usinas nucleares continuaram estagnadas com a ausência de novos projetos de investimentos.

O crédito bancário continua altamente seletivo.

Devido aos fatores apresentados acima, a receita líquida operacional consolidada atingiu R\$ 136,6 milhões em 2017 com decréscimo de 48,4% em relação a 2016, quando registrou R\$ 264,7 milhões.

Em 2017, a receita líquida de vendas de aços laminados foi de R\$ 15,9 milhões (R\$ 38,0 milhões em 2016).

Lucro Bruto: A margem bruta consolidada de 1,6% em 2016 passou para -8,2% em 2017

Despesas de Vendas, Administrativas, honorários e participações: As despesas de vendas, administrativas e honorários apresentaram redução de 37,2% na controladora e redução de 37,6% no consolidado, apesar do aumento nas provisões com devedores duvidosos.

Resultado financeiro líquido: O desempenho do resultado financeiro líquido deve-se à condições contratuais dos fluxos de caixa dos contratos de construção, ocorrências de atrasos de pagamentos por alguns clientes e, às taxas elevadas de juros, embora tenha havido queda da SELIC durante o ano de 2017.

Em 2017 o prejuízo financeiro líquido aumentou em 10% (Controladora) e 11,7% (Consolidado) em relação a 2016.

Resultado da equivalência patrimonial: O aumento do prejuízo em 15,2% em relação a 2016 deve-se à escassez de novas encomendas nas Controladas.

Outras despesas e receitas operacionais líquidas: O prejuízo líquido diminuiu 69,3% na Controladora, principalmente devido à redução de perdas com ociosidade e ganhos com venda de imobilizado. No consolidado a redução foi de 99,3%, principalmente devido à venda de ações da Vale, além de redução nos custos de ociosidade decorrente da readequação dos recursos disponíveis.

Lucro/Prejuízo operacional: O prejuízo operacional da Controladora de R\$ -111.635 mil deve-se principalmente ao aumento das despesas financeiras, além dos fatores apresentados em relação ao volume de receita líquida operacional.

Lucro/Prejuízo Líquido: O prejuízo líquido do exercício de R\$ -97.755 mil resulta do lançamento de R\$ 21.403 mil (consolidado) referentes a créditos fiscais diferidos ativos, principalmente decorrentes de aproveitamento de prejuízo fiscal utilizado na quitação de tributos em função de adesão ao PERT – Regime Especial para Regularização Tributária (Lei 13.496/17) – nota explicativa 9b às Demonstrações Financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	2017	2016	2017	2016
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	227	4.060	4.763	4.270
Contas a receber de clientes	6	86.748	162.998	95.158	167.835
Estoques	8	72.790	80.389	106.899	106.719
Imposto de renda e contribuição social	9	733	210	4.276	1.801
Tributos a recuperar	9	9.821	8.892	11.463	11.192
Despesas antecipadas		3.633	3.079	3.571	3.094
Outros créditos	11	78.881	84.472	25.171	31.357
Total do ativo circulante		252.833	344.100	251.301	326.268
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	6	37.398	-	37.398	-
Mutuo com partes relacionadas	12	30.841	19.250	-	-
Titulos e valores mobiliários	10	3.601	3.048	3.601	13.065
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	9.297
Tributos a recuperar	9	6.602	3.963	9.145	3.974
Outros créditos	11	6.426	6.008	7.679	6.954
Total do realível não circulante		84.868	32.269	57.823	33.290
Investimentos					
	13	138.932	144.510	101.822	102.674
Propriedades para investimento	13	202.199	207.043	219.488	229.932
Imobilizado	14	137.312	138.763	179.435	185.056
Intangível	15	26.488	23.912	28.175	25.618
		504.931	514.228	528.920	543.280
Total do ativo não circulante		589.799	546.497	586.743	576.570
Total do ativo		842.632	890.597	838.044	902.838

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa: As variações das disponibilidades estão demonstradas na Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto conforme publicação das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas.

Contas a Receber de Clientes: Esta conta inclui a conta “Efeitos a Faturar” referente aos produtos sob encomenda – Contratos de Construção e registra a receita bruta reconhecida no resultado e proporcional à produção já realizada em relação ao custo total orçado. Ver demonstrativo sobre contratos de construção à nota explicativa 7 às Demonstrações Contábeis. O decréscimo de 23,8% na Controladora e de 21,0% no Consolidado deve-se à diminuição do volume de operações da Companhia, bem como às condições contratuais dos fluxos de caixa dos contratos de construção, além das ocorrências de atrasos de pagamentos por alguns clientes.

Estoques: A variação decorre do volume de operações da Companhia. A redução de 9,5% da Controladora deve-se principalmente à redução de estoques de matérias primas, produtos em elaboração e acabados (Ver nota 8 às demonstrações financeiras).

Tributos a recuperar: A variação deve-se ao volume de operações da Companhia.

Outros Créditos: A redução em 31 de dezembro de 2016 deve-se principalmente a redução de adiantamentos a fornecedores nacionais relativos à matérias primas e componentes.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Mútuo com Partes Relacionadas: A variação refere-se às operações entre a controladora e controladas conforme nota explicativa 12 às Demonstrações Contábeis.

Contas a Receber de Clientes: A variação é decorrente do dilatamento de prazos de execução e suspensão temporária de contratos de construção, repercutindo no prazo de recebimento.

Títulos e Valores Mobiliários: A variação decorre da variação dos valores justos de ações e outros títulos. No Consolidado a variação refere-se à venda das ações da VALE da Controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda. Ver nota 10 às Demonstrações Financeiras.

Tributos a recuperar: A variação refere-se principalmente à movimentação de créditos de ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado, além da atualização monetária e juros de créditos disponíveis.

Imposto de Renda e Contribuição Social diferido: Refere-se a IR/CSLL diferido líquido das Controladas Barefame Instalações Industriais Ltda. e Duraferro Indústria e Comércio Ltda., que foram mantidos no ativo por não serem compensáveis com o imposto diferido passivo (ver nota 9b).

Outros Créditos: A variação deve-se principalmente à movimentação de depósitos judiciais.

Imobilizado: A variação deve-se à movimentação de aquisições e depreciação dos recursos empregados na manutenção da atividade da Companhia (ver nota explicativa n. 13 às Demonstrações Contábeis).

Investimentos: A variação decorre da movimentação do patrimônio líquido das Controladas e Coligadas, cuja avaliação é feita pelo método da equivalência patrimonial, (ver nota 13b).

Propriedade para Investimentos: A variação decorre de ajuste a valor justo das propriedades para investimentos. No Consolidado, além de ajustes a valor justo, a diminuição decorre da venda de propriedade para investimento da Controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda.

Intangível: A variação refere-se principalmente a aquisição de softwares utilizado nas operações da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
Passivo	Nota	2017	2016	2017	2016
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	34.642	84.515	34.642	84.515
Fornecedores	17	69.335	88.311	66.815	87.679
Obrigações fiscais	18	17.633	8.150	24.066	18.367
Imposto de renda e contribuição social		-	-	3.921	326
Obrigações sociais e trabalhistas	19	57.966	52.543	76.775	70.551
Adiantamentos de clientes	20	36.139	82.318	44.776	90.175
Dividendos e juros sobre o capital próprio		65	65	806	65
Outras contas a pagar		<u>10.054</u>	<u>4.350</u>	<u>13.260</u>	<u>7.042</u>
Total do passivo circulante		<u>225.834</u>	<u>320.252</u>	<u>265.061</u>	<u>358.720</u>
Não circulante					
Adiantamento de clientes	20	14.857	-	14.857	-
Mutuo com partes relacionadas	12	64.342	43.227	40.783	29.460
Empréstimos e financiamentos	16	162.739	99.499	162.739	99.499
Fornecedores	17	7.095	-	7.095	-
Obrigações sociais e trabalhistas	19	6.911	-	6.911	-
Provisão para demandas judiciais	21	4.593	1.313	6.008	2.333
Provisão para perdas invest. empr. controladas	13	39.570	26.808	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	75.486	57.602	79.965	64.916
Obrigações fiscais	18	29.229	20.394	37.533	26.398
Outras contas a pagar		<u>10</u>	<u>491</u>	<u>5.126</u>	<u>501</u>
Total do passivo não circulante		<u>404.832</u>	<u>249.334</u>	<u>361.017</u>	<u>223.107</u>
Patrimônio líquido					
22					
Capital social		116.800	116.800	116.800	116.800
Reservas de capital		111.335	110.546	111.335	110.546
Ajustes de avaliação patrimonial		181.597	195.305	181.597	195.305
Prejuízos acumulados		<u>(197.766)</u>	<u>(101.640)</u>	<u>(197.766)</u>	<u>(101.640)</u>
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		<u>211.966</u>	<u>321.011</u>	<u>211.966</u>	<u>321.011</u>
Total do patrimônio líquido		<u>211.966</u>	<u>321.011</u>	<u>211.966</u>	<u>321.011</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>842.632</u></u>	<u><u>890.597</u></u>	<u><u>838.044</u></u>	<u><u>902.838</u></u>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PASSIVO CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos: A variação refere-se à movimentação dos prazos de pagamento entre curto e longo prazo de um ano para o outro, decorrente de alongamento das dívidas bancárias, contabilização de juros sobre os financiamentos e do movimento de pagamentos e entradas de recursos de financiamento. A necessidade de recursos de instituições financeiras devido às atuais condições contratuais de fluxo de caixa dos contratos de construção e devido à ocorrência de atrasos de pagamentos pelos clientes (vide nota 16).

Fornecedores: A variação decorre do volume de operações e da dilação dos prazos em que a Companhia tem efetuado os pagamentos aos fornecedores, devido à ocorrência de atraso de pagamento dos clientes e/ou paralizações de obras.

Cessão de créditos por fornecedores: A variação decorre da conclusão dessas operações durante 2016.

Obrigações fiscais: A variação decorre do volume de operações da Companhia e de parcelamentos a pagar.

Imposto de renda e Contribuição Social: A variação é decorrente das apurações dos tributos a pagar das Controladas.

Obrigações Sociais e Trabalhistas: A variação decorre do volume de operações da Companhia, das programações de férias aos colaboradores, aumento das verbas rescisórias a pagar e de parcelamentos a pagar. Em 31/12/17 o número de colaboradores era de 614 e de 916 em 31/12/2016 (Controladora).

Adiantamento de Clientes: A variação decore do volume de operações, da movimentação dos prazos de realização decorrentes de suspensões temporárias ou prorrogações das execuções de contratos de construção, além das características dos cronogramas de recebimento e da execução dos produtos sob encomenda – Contratos de Construção (Vide nota 7).

Dividendos e juros sobre o capital próprio: Refere-se a saldos de dividendos não reclamados.

Outras Contas a Pagar: A variação deve-se à principalmente movimentação de provisões de custos em contratos.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Adiantamento de Clientes: Ver explicação no Circulante.

Mútuos com partes relacionadas: Refere-se a empréstimos de mútuos tomados com partes relacionadas não consolidadas nas demonstrações financeiras. A variação deve-se aos mesmos motivos explicados em *Empréstimos e financiamentos*.

Empréstimos e financiamentos: O aumento dos saldos a longo prazo deve-se às renegociações que resultaram no alongamento da dívida bancária.

Fornecedores: A variação deve-se ao alongamento de dívidas com fornecedores.

Obrigações Sociais e Trabalhistas: A variação deve-se a parcelamentos em rescisões de contrato de trabalho.

Provisão para Demandas Judiciais: A variação refere-se à movimentação de valores provisionados decorrentes da classificação de riscos e do volume de processos ativos (ver Nota 21).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Provisão para perdas de investimentos em controladas: Refere-se às perdas com investimentos em controladas com prejuízos acumulados que superam o valor do investimento. As variações decorrem dos lucros ou prejuízos gerados por controladas nesta situação.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: Refere-se à provisão de IR e CSL sobre o saldo de ajuste de avaliação patrimonial decorrentes da atribuição de novo custo a certas classes do ativo imobilizado. A variação deve-se à realização por depreciação, venda ou baixa desses ativos e de provisões sobre o saldo de ajustes de ativos avaliados a valor justo, principalmente propriedades para investimentos.

Obrigações Fiscais: A variação deve-se parcelamentos das dívidas tributárias, inclusive decorrente da adesão ao PERT (vide nota 9b).

Outras Contas a Pagar: A variação refere-se a pagamentos diversos efetuados em 2016.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Reservas de Capital: A variação decorre da constituição de reservas de incentivos fiscais – Controladas, relativas a subvenções governamentais. As subvenções governamentais, uma vez atendidos os requisitos necessários, foram reconhecidas como receita conforme determina o CPC 7 – Subvenção e Assistência Governamentais, entretanto devido às restrições legais quanto à distribuição aos sócios ou acionistas, foram creditadas à conta de Reservas de Incentivos Fiscais.

Ajustes de Avaliação Patrimonial: Nesta conta estão registrados os ajustes de avaliação patrimonial decorrentes da atribuição de novo custo a certas classes do ativo imobilizado e do valor justo relativo a títulos e valores mobiliários disponíveis para venda (ações da Cia Vale do Rio Doce), inclusive os respectivos reflexos das equivalências patrimoniais das investidas. Estão registradas também os ajustes a valor justo das propriedades para investimento em seu reconhecimento inicial ou por ocasião da alteração na sua respectiva destinação. As variações decorrem das flutuações das cotações e baixas por vendas destes títulos, das depreciações e baixas do ativo imobilizado e das variações a valor justo das propriedades para investimento.

Prejuízos Acumulados: A variação deve-se à acumulação dos prejuízos gerados em cada exercício.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 – Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

- i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita
- ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2017, o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu 1,0% em relação a 2016, após duas quedas consecutivas, ambas de 3,5%, em 2015 e 2016. Nessa comparação, houve altas na Agropecuária (13,0%) e nos Serviços (0,3%), e estabilidade na Indústria (0,0%).

A produção da indústria nacional, após três anos de recuo, encerrou 2017 com crescimento de 2,5%. Em 2016 o recuo foi de 6,4%, 8,3% em 2015 e de 3% em 2014.

A categoria de bens de capital para fins industriais teve perda de 3% em 2017, afetada principalmente por bens de capital para fins industriais não seriados e para o setor de energia elétrica. A queda acumulada da produção física de bens de capital desde 2012 é de 23,5% (IBGE).

A relativa recuperação dos preços do petróleo e do minério de ferro manteve-se em 2017, entretanto ainda não teve impacto significativo na retomada de investimentos nas áreas de Mineração e de Óleo e Gás. As áreas de equipamentos para usinas hidrelétricas e usinas nucleares continuaram estagnadas com a ausência de novos projetos de investimentos. O crédito bancário continua altamente seletivo.

O total da carteira de encomendas da Controladora e das Controladas, representada pela receita líquida de contratos a executar, encerrou o ano de 2017 com R\$ 414,7 milhões. Em 2016 era R\$ 461 milhões. A Controladora registrou R\$ 309 milhões ao final de 2017 e R\$ 373 milhões em 2016.

A receita líquida operacional consolidada atingiu R\$ 136,7 milhões em 2017 com decréscimo de 48,4% em relação a 2016, quando registrou R\$ 264,7 milhões.

Em 2017, a receita líquida de vendas de aços laminados foi de R\$ 15,9 milhões (R\$ 38,0 milhões em 2016).

MERCADOS INTERNO E EXTERNO

Além dos produtos seriados, contribuíram para a realização da receita operacional do ano, os seguintes fornecimentos:

- Pontes rolantes para indústrias em geral;
- Equipamentos hidromecânicos e de levantamento, além de servomotores e unidades hidráulicas para as usinas hidrelétricas;
- Equipamentos para movimentação de minérios;
- Serviços e peças seriadas para geradores eólicos.

MARGENS

A margem bruta consolidada de 1,6% em 2016 passou para -8,2% em 2017.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A categoria de bens de capital para fins industriais teve perda de 3% em 2017, afetada principalmente por bens de capital para fins industriais não seriados e para o setor de energia elétrica. A queda acumulada da produção física de bens de capital desde 2012 é de 23,5% (IBGE).

A relativa recuperação dos preços do petróleo e do minério de ferro manteve-se em 2017, entretanto ainda não teve impacto significativo na retomada de investimentos nas áreas de Mineração e de Óleo e Gás. As áreas de equipamentos para usinas hidrelétricas e usinas nucleares continuaram estagnadas com a ausência de novos projetos de investimentos. Esses fatores influenciaram significativamente o volume de receitas da Companhia.

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Entretanto as respectivas situações atuais dos fluxos de caixas contratuais dos projetos estão sujeitas aos riscos de atrasos de pagamentos por parte dos clientes e suspensões de contratos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Em função do agravamento da crise econômica, principalmente a partir do segundo trimestre de 2015, houve um aumento na inadimplência por parte dos clientes de produtos seriados e serviços (Nota 6). Para garantir o recebimento dos créditos, a Companhia e suas controladas estão tomando as medidas aplicáveis em função da situação econômica financeira de cada cliente inadimplente.

Em 31 de dezembro de 2016, o risco de crédito totaliza R\$ 110.334 mil na controladora e R\$ 88.197 mil no consolidado (R\$ 116.374 mil e R\$ 77.856 mil em 2015, respectivamente) correspondendo aos valores classificados com empréstimos e recebíveis líquido dos adiantamentos de clientes.

Em Dezembro de 2016 aproximadamente 67% dos saldos da contas a receber está concentrados em 5 clientes.

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e suas controladas e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente a possibilidade de contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*), quando aplicáveis, previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Os índices de alavancagem financeira (Exigível total - ET / Patrimônio líquido - PL) em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 podem ser assim sumariados:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos	197.381	184.014	197.381	184.014
Fornecedores	93.023	88.311	90.503	87.679
Provisão IR e CSLL	-	-	3.921	326
Dividendos propostos/juros sobre capital próprio	65	65	806	806
Adiantamento de clientes	50.996	82.318	59.633	90.175
Provisão de férias e encargos	9.071	13.024	11.859	14.608
Provisão para contingências	4.593	1.313	6.008	2.333
Provisão IR e CSLL diferidos	75.486	57.602	79.965	64.916
Outros	216.644	142.939	192.595	136.970
Dívida líquida	647.259	569.586	642.671	581.827
Patrimônio líquido	211.966	321.011	211.966	321.011
Patrimônio líquido e dívida líquida	859.225	890.597	854.637	902.838
Coefficiente de alavancagem	3,05	1,77	3,03	1,81

Risco de concentração de negócios

Considerando as características do mercado de bens de capitais de longo prazo de fabricação, a Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de concentração de negócios.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os contratos para fabricação de bens sob encomenda contém cláusulas de reajuste de preços vinculadas a índices econômicos que objetivam equalizar as variações de preços dos insumos, entretanto, por imposição legal, a periodicidade de tais reajustes não pode ser inferior a um ano. Tais contratos, tanto de médio e longo prazo contém também cláusula referente ao equilíbrio econômico do contrato, com o objetivo de proteção contra variações anormais de preços dos insumos, entretanto a opção de fornecedores e o aumento da inflação ou variação da taxa de câmbio de determinados componentes dos custos podem não garantir a total recuperação dos desequilíbrios.

Ver observações sobre receita e taxa de juros nos comentários sobre a Demonstração de Resultado (item 10.1-h)

Os indexadores e taxas de juros dos financiamentos e empréstimos estão mencionados na nota explicativa 16 às Demonstrações Contábeis.

Sensibilidade de taxa de juros sobre empréstimos e financiamentos

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro consolidado antes da tributação. Com relação ao patrimônio líquido consolidado, o impacto apresentado não é significativo.

	Aumento/Redução em pontos base	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2017	+ 100	(1.969)	(1.969)
	+ 150	(2.954)	(2.954)
	- 50	984	984
	- 100	1.969	1.969
31/12/2016	+ 100	(1.282)	(1.282)
	+ 150	(1.923)	(1.923)
	- 25	1.282	1.282
	- 50	2.564	2.564

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A oscilação estimada em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado correlacionada as taxas negociadas nos contratos das empresas que compõem o Patrimônio.

Moeda Estrangeira

Os saldos de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados conforme segue (Controladora):

	Controladora		
	31/12/2017	31/12/2016	Moeda
Natureza do Saldo			
Importações de materiais	467	428	EUR
Importações de materiais	673	753	USD

	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	Moeda
Natureza do Saldo			
Importações de materiais	467	428	EUR
Importações de materiais	673	753	USD

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de cambio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro Consolidado antes da tributação.

	Aumento/Redução em	Efeito no Lucro antes da	Efeito no Patrimônio antes da
	Percentual s/ taxa de câmbio	tributação	tributação
31/12/2017	+25%	(284)	(284)
	+50%	(569)	(569)
	-25%	284	284
	-50%	569	569
31/12/2016	+25%	(295)	(295)
	+50%	(590)	(590)
	-25%	295	295
	-50%	590	590

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 – Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

c) Eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 – Práticas contábeis e parecer dos auditores

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas e administradores da
Bardella S.A. Indústrias Mecânicas
Guarulhos - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas (*Companhia*), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de contratos de construção de equipamentos (Mecânica) - Controladora e Consolidado	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
---	---

Conforme apresentado nas Notas Explicativas nº 7 e 23, as receitas do segmento de mecânica, por se tratarem de contratos de construção de equipamentos a preço fixo, são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão é calculado comparando os custos incorridos até à data do balanço com o custo total previsto para execução do contrato. O reconhecimento de receita desses contratos requer um elevado grau de julgamento para estimar a percentagem de trabalho concluído na data do balanço e os custos necessários para completar o contrato. Devido à relevância dos custos de construção a incorrer e ao alto grau de julgamento envolvido na determinação dessa estimativa, usada na determinação do cálculo do percentual de conclusão da obra que são base para o reconhecimento de receita e que pode impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do desenho e implementação dos controles internos chave implementados pela Companhia avaliando se as informações relevantes de cada contrato foram adequadamente capturadas, processadas, aprovadas e registradas. Obtivemos a composição analítica de acompanhamento da carteira de contratos e avaliamos, em base amostral, as premissas adotadas pela Companhia para determinar se os custos necessários para completar o contrato ainda estão em linha com o orçamento inicial, quando agregado aos custos já incorridos e a análise da adequação dos custos incorridos no exercício. Inspecionamos, em base amostral, os orçamentos de custos e respectivas aprovações, o valor dos custos incorridos com a respectiva documentação suporte, avaliamos a natureza e razoabilidade das mudanças ocorridas no custo orçado e efetuamos a análise da razoabilidade do estágio de conclusão do contrato. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**Redução ao valor recuperável das contas a receber - Controladora e Consolidado**

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 6, a Companhia e suas controladas mantêm um saldo significativo de contas a receber faturados e não faturados. Existe um risco significativo de inadimplência em função do atual cenário econômico. Os critérios e metodologias para determinação da necessidade de Provisão para redução ao valor recuperável exigem por sua natureza, a utilização de julgamentos e análises sobre fatores externos e condições econômicas gerais, e internos, tais como histórico de pagamentos do devedor e considerações sobre acordos financeiros. Devido à relevância das contas a receber, ao alto grau de julgamento envolvido, ao nível de incerteza para a determinação da perda por redução ao valor recuperável e ao impacto que eventuais alterações nas premissas usadas em sua determinação poderiam ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e a efetividade dos controles internos chave relacionados à identificação e registro das contas a receber. Efetuamos testes para validar a lista com a idade das faturas em aberto (*"aging list"*). Além disso, para os contratos em aberto no encerramento do exercício, que não foram liquidados de acordo com os termos e condições estabelecidas, avaliamos as premissas utilizadas pela Companhia para determinar se os montantes considerados como créditos de liquidação duvidosa eram suficientes para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber. Analisamos também, em base amostral, as liquidações subsequentes das faturas e avaliamos as divulgações da Companhia e suas controladas sobre as suas políticas relacionadas ao risco de crédito e outras divulgações relacionadas.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**Valor recuperável das propriedades para investimentos, ativo imobilizado e intangível, incluindo Ágio (Goodwill) - Controladora e Consolidado****Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Conforme referido nas notas explicativas nº 13 a), 14 e 15 as demonstrações financeiras incluem valores de propriedades para investimentos, ativo imobilizado e intangível, incluindo Ágio (Goodwill) cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios preparado pela Companhia. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa (UGCs) para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, que envolvem premissas, como a taxa de desconto, taxa de inflação, entre outras, utilizadas na determinação do valor em uso dos ativos e à complexidade do processo, bem como face a fraca demanda de novos contratos ou mesmo a paralização de projetos anteriormente contratados, os quais requerem um grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação da estimativa contábil que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Obtivemos o entendimento do processo de preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável disponibilizadas pela Companhia. Avaliamos a precisão da estimativa preparada pela Companhia, a determinação das UGCs e a metodologia utilizada para o teste de redução ao valor recuperável. Avaliamos as premissas e as metodologias utilizadas pela Companhia na preparação do modelo e comparamos com dados obtidos de fontes externas, quando disponíveis, como crescimento econômico projetado, a inflação de custos e as taxas de desconto. Comparamos a soma dos fluxos de caixa descontados com o valor registrado das propriedades para investimento, ativo imobilizado e intangível da Companhia para determinação do valor em uso.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Adequação das divulgações efetuadas pela Companhia para Propriedades para investimento - Controladora e Consolidado	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
--	---

Conforme referido na nota explicativa nº 13 a), a Companhia e suas controladas possuem imóveis e outros bens classificados nas demonstrações financeiras como propriedade para investimento, as quais são medidas ao valor justo. O valor justo das propriedades para investimentos em 31 de dezembro 2017, foi determinado pela Companhia com base em uma avaliação independente preparada por avaliador externo que requer o uso de julgamento significativo que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora. Por essa razão, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação, da adequação da metodologia de avaliação adotada pelo avaliador externo, análise dos cálculos e a razoabilidade dos valores apresentados. Consideramos também a adequação e a conformidade das divulgações nas demonstrações financeiras relativas as políticas contábeis e a apuração do valor justo dessas propriedades.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**Continuidade Operacional - Controladora e Consolidado****Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, como consequência do cenário econômico atual, durante os exercícios de 2017 e 2016, a Companhia e suas controladas apuraram prejuízos que impactaram a geração de caixa operacional, ocasionando uma deficiência de capital de giro, principalmente em função da queda da demanda de encomendas e dos atuais níveis de contratos fechados. Com o objetivo de avaliar o uso do pressuposto de continuidade operacional quando da preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia elaborou análises que consideraram eventos e condições que pudessem indicar incertezas significativas e gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuidade operacional. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na determinação das premissas base dessa avaliação, especificamente as projeções de fluxo de caixa, e do impacto que qualquer mudança nessas premissas teria nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise da avaliação preparada pela Companhia quanto às incertezas relacionadas à capacidade de continuidade operacional, a avaliação das projeções de fluxo de caixa preparadas pela Companhia e devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração, considerando os resultados realizados, dados externos e condições do mercado, a avaliação da consistência das projeções utilizadas na avaliação da continuidade operacional com as utilizadas nos cálculos de redução do valor recuperável, a avaliação da integridade aritmética dos cálculos e a avaliação da adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Outros assuntos**Auditoria dos valores correspondentes**

Os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2016 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação datado de 28 de março de 2017.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Guarulhos, 28 de março de 2018.



Pemom Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 031.056/O-2

Acyr de Oliveira Pereira
Contador CRC 1SP220.266/O-0

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia:

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Base de Consolidação

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-companhias, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-companhias, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.2 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

3.3 Receita operacional

Venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia e

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

suas controladas, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

Prestação de serviços

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no percentual de execução dos trabalhos.

Contratos de construção

A receita de contratos de construção resulta do desenvolvimento de equipamentos para alguns dos clientes da Companhia e de suas Controladas em diversos seguimentos, tais como mineração, siderurgia, óleo e gás, metalurgia, energia, entre outros. Tais equipamentos são construídos com base em contratos especificamente negociados com os clientes.

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de quaisquer variações decorrentes de solicitações adicionais do cliente, pleitos e pagamentos de incentivos contratuais, na medida em que seja provável que elas irão resultar em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

Quando o resultado de um contrato de construção pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na proporção do estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão é avaliado com base no percentual de trabalhos realizados e/ou percentagem completada (POC).

Quando o resultado não pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida apenas na extensão dos custos incorridos que são prováveis de serem recuperados.

As despesas do contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade futura do contrato. As perdas esperadas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

Aluguel de propriedades para investimento

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado do exercício pelo método linear durante o prazo do arrendamento. A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecida como “outras receitas”.

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia e suas controladas classificam passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: outros passivos financeiros.

Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas em tais ativos financeiros transferidos, são reconhecidos como um ativo ou passivo separado.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada,

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

São classificados nesta rubrica os valores em caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor justo. As aplicações financeiras denominadas como equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Capital Social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

3.5 Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo valor faturado, ajustado pela provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas. Esta conta inclui efeitos a faturar, relativos aos produtos sob encomenda calculados por meio da apuração proporcional da receita bruta de vendas e estão desmonstrado líquido do seu recebimento.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante, considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

3.6 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição ou de produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e são constituídas provisões para perdas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.7 Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas, controlada em conjunto e coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28) e são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças ocorridas após a aquisição das respectivas participações societárias. Tais mudanças ou variações são apresentadas na demonstração de resultados como equivalência patrimonial.

3.8 Propriedades para investimento

A propriedade para investimento inclusive instalações industriais e edificações, quando aplicável, são inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações posteriores no valor justo são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

3.9 Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia e suas controladas para os CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. A diferença resultante entre o valor residual do ativo e valor justo é reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio líquido no momento da sua transferência e mensuração posterior do valor justo é reconhecido no resultado..

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão demonstradas na nota explicativa nº 14.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.10 Arrendamento mercantil

Arrendamento financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia e suas controladas os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 14. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Arrendamento operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional, que incluem aluguéis de equipamentos e imóveis, quando aplicável, são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

3.11 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida compreendem os saldos de ágio adquiridos por meio de combinação de negócios que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura, tais ativos não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente

Os ativos intangíveis com vida útil definida estão representados por softwares e são amortizados pelo tempo remanescente estimado para uso. A amortização inicia-se com a entrada do software em operação.

3.12 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida para o resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e, esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (Unidade Geradora de Caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.13 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tiverem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

3.14 Provisões

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

3.15 Imposto de renda e contribuição social

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o prejuízo ou lucro tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia e suas controladas sejam capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.16 Prejuízo por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período, nos termos do CPC 41- Resultado por Ação e IAS 33 - Resultado por Ação. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o resultado por ação básico e diluído são iguais.

3.17 Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas. As demonstrações financeiras incluem dois segmentos, sendo mecânica correspondente à fabricação de equipamentos sob encomenda e aços e serviços representado pela laminação de metais e serviços diversos.

3.18 Novas normas e Interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

Pronunciamento/Descrição/Vigência

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – CPC 48 Refere-se ao projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 - Receitas com Clientes – CPC 47 Refere-se à convergência do IASB (“International Accounting Standards Board”), sobre o reconhecimento de receita. Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 16 - Arrendamentos Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial. Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração da Companhia iniciou uma avaliação preliminar e entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor:**

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não aplicável.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável

iv. contratos de construção não terminada

Não aplicável

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável

b) natureza e o propósito da operação

A natureza do arrendamento operacional é aluguel e o propósito é cobrir necessidades temporárias de tais recursos.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 – Plano de Negócios

a) Investimentos

Orçamento de Capital

Não houve proposta de retenção de lucros para orçamento de capital relativa ao resultado do exercício de 2017.

b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não existe no momento planos de aprovação para aquisição de novos ativos.

c) Novos Produtos e serviços

Considerando que a Companhia atua principalmente na fabricação de equipamentos sob encomenda, não existe no momento intenção de alteração do foco de atuação.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 – Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional

Não temos outros comentários.